

ALLIANZ SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.573.796/0001-66

www.allianz.com.br



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V. Sas, as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Allianz Seguros S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.

Allianz Seguros: excelência na jornada do cliente, confiabilidade para os parceiros comerciais e conectividade em produtos e serviços

A Allianz Seguros (Allianz Seguros ou Seguradora) é uma empresa do Grupo Allianz, um dos maiores provedores globais de serviços financeiros, predominantemente no setor de seguros e na gestão de ativos, além de líder global em sustentabilidade. Fundado em 1890, o Grupo Allianz está presente em 70 países, com mais de 125 milhões de clientes corporativos e de varejo, atendidos por 157 mil colaboradores. É reconhecida como uma empresa sólida, responsável e confiável, que prioriza negócios sustentáveis, sendo uma das seguradoras líderes no Índice Dow Jones de Sustentabilidade. Em 2024, pelo sexto ano consecutivo, a Allianz foi nomeada a seguradora número um do mundo no ranking Best Global Brands, da Interbrand e pela primeira vez, figurou entre as 30 marcas mais valiosas do mundo, subindo duas posições para ocupar o 29º lugar no ranking. Para cumprir seu propósito "We Secure Your Future", que orienta suas ações e ressalta o impacto da empresa na sociedade, o Grupo Allianz busca os objetivos estratégicos Crescimento, Expansão de Margem e Eficiência de Capital, com foco na criação de valor, entrega e execução de soluções simples e inovadoras para alcançar resultados de referência e a padronização dos serviços em escala global. No Brasil há 120 anos, a Allianz Seguros está entre as maiores do mercado. Com foco no cliente, buscando sempre oferecer a melhor experiência em sua jornada, a Allianz Seguros tem adotado uma série de iniciativas para que o seguro tenha voz dentro da Allianz. Desta forma, a Allianz Seguros passa a entender a real necessidade e expectativa do seu cliente, possibilitando uma maior assertividade no fornecimento de soluções, produtos e serviços; além de fortalecer o desenvolvimento do trabalho de corretores, assessorias e parceiros de negócios. Nos últimos anos, a Allianz Seguros deu prosseguimento à sua transformação digital, baseada na estratégia de simplicidade, focada em desburocratizar processos e atingir níveis máximos de simplificação em produtos de varejo e corporativos. Esta estratégia elevou a competitividade, aumentou sua eficiência e proximidade com corretores e clientes.

Este modelo resulta em eficiência operacional tanto para a Allianz Seguros quanto para os corretores, assessores e parceiros de negócios, uma vez que o canal de distribuição opera com mais autonomia e processos totalmente automatizados. Este movimento possibilitou oferecer menor tempo de cotação e emissão de apólices do mercado, com garantias de proteção mais abrangentes e produtos acessíveis aos clientes. Todo esse processo, juntamente com o uso de inovações tecnológicas facilitadoras do trabalho dos intermediários, como os corretores de seguros, trouxe a esses parceiros de negócios mobilidade corporativa e possibilitaram que seus esforços fiquem concentrados nas vendas, no atendimento e consultoria de seguros ao cliente, e não em atividades burocráticas.

Inovação e simplicidade

Acompanhando tendências que agregam valor aos produtos e serviços, deixando-os cada vez mais simples e flexíveis, as equipes de Tecnologia da Informação, Produtos, Comercial, Marketing e Operações estão sempre trabalhando juntas para oferecer a melhor experiência aos corretores e clientes, para que suas jornadas na Allianz Seguros, da cotação ao possível sinistro, sejam simples e intuitivas, com o corretor atuando especialmente como consultor especializado em riscos. Isso porque eles são avanços fundamentais no movimento estratégico de capilaridade da Allianz Seguros.

A Inteligência Artificial já foi incorporada a vários processos, como na curadoria do atendimento via chatbots, nos modelos de precificação e na prevenção de fraudes de sinistros. O canal digital Chat tem se mostrado bastante eficiente, com 54% de todos os contatos recebidos de clientes e corretores chegando à Allianz Seguros através desse canal. Esse índice é ainda maior (67%) quando considerados exclusivamente os contatos recebidos de corretores, consolidando este como o seu canal preferido de comunicação.

Outro aperfeiçoamento, que foi implementado em 2023 e consolidado em 2024, foi o Sinistro Digital Auto. A ferramenta concede ainda mais praticidade e agilidade à solicitação e ao acompanhamento dos sinistros relacionados à carteira de Automóvel. Inclusive, após o aviso de sinistro, é possível enviar previamente as fotos do veículo, que serão analisadas por meio de Inteligência Artificial - tecnologia que torna o processo mais rápido, antes mesmo de levar o veículo para a vistoria presencial.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE		8.306.024	8.464.583
DISPONÍVEL		466.412	366.883
Caixa e bancos		466.412	366.883
APLICAÇÕES	5.1	357.986	1.468.766
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		3.946.436	3.728.413
Prêmios a receber	6.1	3.420.864	3.254.513
Operações com seguradoras	6.2	40.163	7.316
Operações com resseguradoras	6.3	485.409	466.584
OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS	7	316.017	77.135
ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS	15.2	2.050.310	1.820.532
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		81.173	65.146
Títulos e créditos a receber	8.1	39.853	24.721
Créditos tributários e previdenciários	20.1	38.343	35.488
Depósitos judiciais e fiscais		15	-
Outros créditos		2.962	4.937
OUTROS VALORES E BENS		183.166	179.035
Bens à venda	8.1	182.871	178.784
Outros valores		295	251
DESPESAS ANTECIPADAS		12.695	278
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	10	891.829	758.395
Seguros		891.829	758.395
ATIVO NÃO CIRCULANTE		8.489.790	7.692.755
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		6.307.885	5.479.534
APLICAÇÕES	5.1	3.822.070	3.064.710
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		37.860	17.195
Prêmios a receber	6.1	37.860	17.195
OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS		11	8
ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS	15.2	821.653	838.351
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		1.504.628	1.430.958
Títulos e créditos a receber		1.504.628	1.430.958
Créditos tributários e previdenciários	20.1, 21	1.211.976	1.054.217
Depósitos judiciais e fiscais	16	226.778	319.676
Outros créditos operacionais	16	44.110	44.110
OUTROS VALORES E BENS - ATIVOS DE DIREITO DE USO	9	112.665	119.125
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS -SEGUROS	10	8.998	9.187
INVESTIMENTOS		143.917	104.093
Participações societárias	11.1	141.481	101.637
Imóveis destinados à renda	11.2	2.436	2.456
IMOBILIZÁVEL	11.2	44.456	51.987
Imóveis de uso próprio		2.885	2.918
Bens móveis		32.155	36.762
Outras imobilizações		9.416	12.307
INTANGÍVEL	11.3	2.003.532	2.057.141
TOTAL ATIVO		16.805.814	16.157.338

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2023	Reserva de			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	
	Capital social	Reavaliação	Lucros		Acumulados	Total
5.261.640 (693.040)	1.207	-	-	(157.955)	542.994 (543.031)	4.561.861 (150.046)
Redução de capital aprovado em Reunião de Diretoria no dia 13 de maio de 2022	-	-	-	-	542.994	(150.046)
Realização por depreciação	-	(49)	1	-	37	-
VARIÇÃO LÍQUIDA NO AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		(49)	12		37	-
Reconhecidos por ativos próprios	-	-	-	103.382	-	103.382
Reconhecidos por equivalência patrimonial	-	-	-	102.524	-	102.524
LUCRO DO EXERCÍCIO						858
DESTINAÇÃO DO LUCRO						120.672 (30.168)
Reserva legal	-	-	90.504	-	(6.034)	-
Reserva de lucros	-	-	84.470	-	(84.470)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(30.168)	(30.168)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023						4.568.600 (4.605.701)
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2024						4.568.600 (4.605.701)
RESERVA DE REAVLIAÇÃO						1.158 (54.573)
Realização por depreciação	-	(48)	16	-	-	-
VARIÇÃO LÍQUIDA NO AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						(48) (256.570)
Reconhecidos por ativos próprios	-	-	-	(6.041)	-	(262.791)
Reconhecidos por equivalência patrimonial	-	-	-	(266.210)	-	(266.210)
LUCRO DO EXERCÍCIO						290.491 (68.992)
DESTINAÇÃO DO LUCRO						221.499 (290.491) (68.992)
Reserva legal	-	-	221.499	-	(14.525)	-
Reserva de lucros	-	-	14.525	-	(206.974)	-
Dividendos propostos	-	-	206.974	-	(68.992)	(68.992)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024						4.568.600 (4.564.409)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Allianz Seguros S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado sediada em São Paulo, na Rua Eugênio de Medeiros, 303. Seu capital social é composto por 7.522.469.387 de ações ordinárias sem valor nominal, controlada no Brasil pela Allianz do Brasil Participações Ltda. com participação de 99,971% e cujo controlador em última instância é a Allianz SE. Autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), a Seguradora opera em todas as modalidades de seguros dos segmentos de ramos elementares e pessoas cuja abrangência se dá em todo território nacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que incluem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), referendados pela SUSEP através da Circular nº 648 de 2021, e alterações posteriores.

2.1 Base de elaboração

A preparação das demonstrações financeiras considera o custo histórico com exceção dos ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes e os ativos disponíveis para venda mensurados pelo valor justo deduzidos os custos de venda (salvados) - valor realizável líquido e provisões de sinistros (que inclui correção monetária e juros futuros). As referidas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal da Seguradora e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e as respectivas notas explicativas.

2.2 Circulante e não circulante

A cada data de balanço a Seguradora procede à revisão dos valores inseridos no ativo e passivo circulante, transferindo para o não circulante, quando aplicável, os valores cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data base.

2.3 Moeda funcional

A moeda do ambiente econômico principal a qual a Seguradora utiliza na preparação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). Exceto quando expressamente mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima. As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado do período.

2.4 Estimativas e julgamentos

A preparação das referidas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Seguradora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são atualizadas prospectivamente. As informações sobre os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6.1 - Prêmios a receber (redução ao valor recuperável)
- Nota 6.2 - Operações com seguradoras (redução ao valor recuperável)
- Nota 6.3 - Operações com resseguradoras (redução ao valor recuperável)
- Nota 8 - Bens à venda - Salvados (redução ao valor recuperável)

Avanços e oportunidades

Além da digitalização e simplificação de processos, que resultam em avanços para a Allianz Seguros, a Seguradora também tem ampliado a gama de ofertas e assistências, proporcionando soluções adequadas para diferentes perfis de consumidores. Com o objetivo de assegurar a sustentabilidade das operações, a Allianz manteve o foco na diversificação de ofertas e regiões, bem como em uma execução eficiente da estratégia de subscrição, o que contribuiu para reduzir a sinistralidade e melhorar a rentabilidade. Desta maneira, a Allianz Seguros continua buscando oportunidades de ampliar negócios no segmento de Automóvel, ao mesmo tempo que intensifica esforços comerciais em ramos como o Residência, Vida e midcore (que abrange o Empresarial PME, Transportes e Rural). E, para expandir as operações no segmento corporativo a Allianz Seguros conta com a marca comercial Allianz Commercial, que une a expertise dos mercados locais com a capacidade do Grupo Allianz para subscrição e gerenciamento de médios, grandes riscos e os especializados.

Sustentabilidade

A Allianz Seguros desenvolveu ambições de sustentabilidade que refletem seu compromisso com a responsabilidade corporativa e o impacto positivo no mundo. Nesse sentido, foram estabelecidas metas ambiciosas de sustentabilidade que visam impulsionar a empresa em direção a um futuro mais sustentável, levando em consideração uma linha de base estabelecida em 2019. A meta intermediária de redução de emissões de carbono por colaborador é de 50% até 2025, e a Allianz Seguros, em 2024, já atingiu uma redução superior a 60%. A meta intermediária de redução nas emissões de carbono em viagens corporativas é de 40% até 2025, e a Allianz Seguros já ultrapassou 55%. Quando falamos em consumo de energia, consumo de água e geração de resíduos (ambos medidos por colaborador), as respectivas metas de redução são de 20%, 10% e 10% até 2025, e em 2024 o Brasil já atingiu reduções de aproximadamente 58%, 65% e 60%, em ordem, para os indicadores citados. Quando falamos em papel, a meta é reduzir o consumo de 20% por apólice, e, em 2024, o Brasil já superou 80% de redução. Por fim, destacamos que em 2024 a Allianz Seguros obteve, no Brasil, 100% da energia elétrica dos seus prédios provenientes de fontes renováveis através da migração de alguns prédios para o mercado livre de energia e também por meio da compra de certificados de energia renovável, com garantia e rastreabilidade. Um conjunto de iniciativas têm contribuído para o atingimento das metas, sobretudo as que envolvem padrões de sustentabilidade para as edificações como a utilização de equipamentos mais eficientes no que tange ao consumo de energia elétrica e a utilização de água, a criação de processos para reduzir o consumo de recursos como, por exemplo, a própria captação de água pluvial nos prédios da Eugênio de Medeiros, em São Paulo, e no Edifício Ventura, no Rio de Janeiro, e a digitalização que evita o consumo de papel.

ABA: transformando potenciais em competências

Tendo como premissa desenvolver ações de longo prazo, tanto nos negócios como no campo social, um grupo de colaboradores da Allianz Seguros no Brasil criou, em 1994, a ABA - Associação Beneficente dos Funcionários do Grupo Allianz, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade social na comunidade Santa Rita, zona leste de São Paulo, cumprindo um importante papel na sociedade. A instituição oferece, diariamente, atividades multidisciplinares complementares ao ensino formal, para crianças e adolescentes de 4 a 17 anos, provenientes de 50 escolas públicas da região. A ABA também aproxima a cultura digital dos adultos e idosos, por meio de aulas de computação e de dispositivos móveis. Desde sua fundação, há 30 anos, a ABA já atendeu mais de 10.000 pessoas.

Ao longo dos anos, parte dos resultados obtidos junto às crianças, adolescentes, adultos e idosos são apresentados aos investidores, colaboradores Allianz, pais, familiares e amigos por meio das Mostras de Artes Visuais e Digitais e Mostras de Ballet Neoclássico.

Allianz Parque: referência em naming rights

Reconhecido como o mais bem-sucedido naming rights de arena do país, a Allianz Seguros conta, em São Paulo, com uma plataforma para exposição de sua marca e geração de relacionamentos e negócios, o Allianz Parque. Desde sua inauguração, em novembro de 2014, já recebeu 14,5 milhões de pessoas; 8 milhões delas acompanharam as 440 partidas de futebol, outras 5,5 milhões assistiram aos 370 shows e mais de 400 mil participaram do Allianz Parque Tour.

Apoio ao esporte

O Grupo Allianz tem uma forte presença no universo cultural e esportivo, apoiando iniciativas em todo o mundo, que compartilham dos mesmos valores e inspiram milhões de pessoas, com histórias de conquistas e superações. Além da Família de Arenas Allianz e o apoio ao futebol, Fórmula E, MoMa e

Pianista Lang Lang, a Allianz, desde 2021, é a parceria global de oito anos (até 2028) com os Movimentos Olímpico e Paralímpico, tornando-se um dos 15 patrocinadores globais e primeira seguradora a fazer parte desse seleto grupo.

No Brasil, patrocina os nadadores e medalhistas olímpicos Ana Marcela e Bruno Fratus, além de Jessica Messali, paratleta campeã mundial no paratriathlon.

Solidariedade ao Rio Grande do Sul

Diante da calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul, em 2024, a Allianz Seguros uniu esforços e voltou sua atenção para atender e auxiliar colaboradores, corretores, clientes e a população gaúcha. A companhia montou uma operação especial no Estado, reforçou o atendimento exclusivo, com um time todo dedicado à análise e regulação dos sinistros; bem como ampliou prazos para pagamentos de indenizações. Também antecipou o pagamento de comissões adicionais aos corretores locais. Para os colaboradores que atuam no Rio Grande do Sul, estendeu o atendimento oferecido pelo PAC (Programa de Apoio ao Colaborador) para os familiares, com suporte psicológico, jurídico, social e financeiro. A Allianz também antecipou o resgate de alguns benefícios. Estendendo o compromisso com a comunidade local, a companhia apoiou a ONG gaúcha Parceiros Voluntários por meio de uma doação financeira, além de incentivar os colaboradores de todo país a direcionarem suas doações por meio da instituição. Em parceria com empresa-irmã Allianz Partners, realizou também uma campanha de doação de agasalhos.

Comentários de desempenho

Em 2024 a seguradora apresenta um resultado consistente com sua estratégia. Além de um desempenho muito acima do ano anterior, mesmo com as perdas relacionadas com as enchentes do Rio Grande do Sul.

Os índices de desempenho da companhia melhoraram de forma consistente, conforme abaixo:

	2024	2023
Sinistralidade	58%	63%
Comercialização	19%	17%
Resseguro	8%	7%
Desperdas	15%	15%
Combinado	101%	101%
Combinado ampliado	95%	96%

Prêmios emitidos líquidos - Ao final do exercício, a Allianz Seguros registrou R\$ 9,7 bilhões (R\$ 8,8 bilhões em 31 de dezembro de 2023) em prêmios emitidos líquidos, representando crescimento na ordem de 9%.

Sinistros ocorridos - Redução em 1% quando comparado ao mesmo período do exercício imediatamente anterior.

Resultado com resseguro - O resultado das operações com resseguro apresentou variação negativa quando comparado ao mesmo período anterior, impactado principalmente pelo aumento da operação da companhia e as recuperações de sinistros de resseguro.

Resultados administrativos - As despesas administrativas aumentaram em 13%, quando comparadas ao mesmo período anterior.

Balancos Patrimoniais - O ativo total da Allianz Seguros atingiu R\$ 16,8 bilhões (R\$ 16,2 bilhões em dezembro de 2023). Ao final do exercício o patrimônio líquido totalizou R\$ 4,6 bilhões (R\$ 4,6 bilhões em dezembro de 2023).

Reinvestimentos de lucros e distribuição de dividendos

A destinação do lucro apurado em cada exercício social é proposta pelo Conselho de Administração, por ocasião das demonstrações financeiras. A aprovação desta proposta está condicionada ao parecer dos Acionistas da Allianz Seguros, devidamente registrado em Ata na qual constará, entre outras informações, e caso aplicável, a parcela do lucro líquido ajustado que será distribuída a título de dividendos e a parcela do lucro que será retida para preservação e manutenção do capital social aplicado.

Aos acionistas fica assegurado, pelo estatuto social da Allianz Seguros, o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei.

Agredimentos

Aos acionistas pelo apoio operacional e estratégico. Aos nossos segurados e corretores pela confiança na marca Allianz. Aos nossos colaboradores pela dedicação, ética e sobretudo pelo comprometimento com a qualidade das informações prestadas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 24 de fevereiro de 2025

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

	Nota	2024	2023
PRÊMIOS EMITIDOS LÍQUIDOS	19.1	9.667.791	8.761.883
VARIÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS		(480.504)	(224.955)
(=) PRÊMIOS GANHOS	18.1	9.187.287	8.536.928
(-) SINISTROS OCORRIDOS	19.2	(5.308.736)	(5.350.901)
(-) CUSTOS DE AQUISIÇÃO	19.3	(1.785.178)	(1.481.841)
(+/-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	19.5	(93.994)	(84.293)
(+/-) RESULTADO COM RESSEGURO	19.4	(744.039)	(576.539)
(+) RECEITA COM RESSEGURO		1.643.239	1.726.014
(-) DESPESA COM RESSEGURO		(2.311.126)	(2.232.237)
(+/-)OUTROS RESULTADOS COM OPERA			

ALLIANZ SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.573.796/0001-66

www.allianz.com.br



3.2.5 Valor justo dos ativos financeiros

O valor justo dos ativos financeiros é apurado da seguinte forma: (i) títulos públicos - com base nos preços de mercado secundários divulgados pela Agência Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA); (ii) os certificados de depósitos bancários, as letras financeiras e as debêntures são registrados ao valor justo, conforme manual de marcação a mercado do custodiante; (iii) as quotas de fundos de investimentos são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço.

3.2.6 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são caracterizados como uma obrigação contratual de pagamento de determinada importância em moeda ou em outros instrumentos financeiros. Os passivos financeiros da Seguradora contemplam substancialmente obrigações com fornecedores e contas a pagar.

3.2.7 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Foi reconhecida a partir da totalidade dos ativos financeiros classificados como mensurados por meio de outros resultados abrangentes. Seu reconhecimento inicial foi contabilizado em lucros acumulados. Cada emissor é classificado em faixas de risco de crédito (*rating*), que são obtidas através das notas atribuídas por agências internacionais. Para cada faixa de risco de crédito é atribuído um fator/percentual de risco que é aplicado para cada contraparte (emissor).

A Seguradora dispõe, basicamente, de títulos públicos mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os percentuais aplicados são revisados a cada data de balanço.

3.2.8 Redução ao valor recuperável de recebíveis

A constituição das reduções ao valor recuperável (RVR) de recebíveis seguem as diretrizes da Circular SUSEP Nº 678, de 2022, que entrou em vigor em 2024, e tem como principal objetivo resguardar a Seguradora contra eventuais prejuízos decorrentes da inadimplência de recebíveis e está registrada em Nota Técnica Atuarial (NTA).

Baseado na nova metodologia, não houve impacto ao patrimônio da Seguradora.

Os recebíveis foram divididos em três categorias:

A) Prêmios Diretos

A primeira perda para riscos de crédito sobre prêmios a receber foi constituída com base na parcela do prêmio que pode não ser recebida. A metodologia de cálculo desta estimativa considera o percentual de inadimplência por aging para cada linha de negócios. Tais percentuais são obtidos através da análise histórica de recebimentos.

B) Ativos de Resseguro

Foi constituída a partir da totalidade dos ativos de resseguro, incluindo créditos com os resseguradores e suas respectivas provisões técnicas, onde cada resseguradora é classificada em faixas de risco de crédito (*rating*), que são obtidas através das notas atribuídas por agências internacionais, ou pela SUSEP, ou por equiparação às empresas que tais resseguradoras estejam ligadas e tenham *rating* de crédito conhecido. Para cada faixa de riscos de crédito é atribuído um fator/percentual de risco que é aplicado aos ativos de resseguro de cada ressegurador.

Para ativos acima de 365 dias de pendência, estes são reconhecidos imediatamente como uma perda provável, aplicando-se integralmente o processo de *impairment*.

C) Ativos de Cosseguro Cedido e Ressarcimento

A estimativa de perdas foi reconhecida para todos os ativos de Cosseguro Cedido e Ressarcimento pendentes de recebimento acima de 60 dias, contados a partir da data de vencimento. No momento da publicação destas Demonstrações Financeiras, os montantes a receber de ambas as modalidades não são, economicamente, enquadrados como materiais, em comparação com os demais créditos contabilizados no Balanço da Seguradora. Portanto, a metodologia vigente adota uma abordagem simplificada e conservadora.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor recuperável de ativos não financeiros deve ser avaliado para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, é estimado o valor recuperável do ativo. É reconhecida uma perda por *impairment* no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso.

Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

3.4 Bens à venda - salvados

São bens patrimoniais integralmente indenizados aos segurados, em decorrência de um sinistro, também denominados como "salvados". A mensuração de um salvado é feita em relação ao seu valor referencial de mercado e a abertura da reserva dos custos diretamente relacionados à venda são estimados através de estudo que se utiliza da média histórica de pagamento de despesas.

A metodologia de Redução do Valor Recuperável de Salvados tem por critério a aplicação integral do *impairment* para os saldos com mais de 365 dias de pendência, contados entre a data em que a Seguradora reconhece o valor do ativo (disponível para venda) e a respectiva data base de cálculo, para todos os ramos, exceto para operações estruturadas intragrupu, onde não são reconhecidas perdas prováveis (dada a especificidade do negócio).

Baseado na nova metodologia, não houve impacto ao patrimônio da Seguradora.

3.5 Investimentos

3.5.1 Participações societárias

Refere-se ao investimento em controlada Allianz Saúde S.A., que é reconhecido na Seguradora, pelo método de equívoco patrimonial.

Em 7 de abril de 2023, a oferta do produto Saúde foi encerrada para o mercado, de acordo com o plano desenvolvido, respeitando as partes envolvidas e seguindo as normas da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar).

Presente há mais de 115 anos no Brasil, a Allianz mantém seu compromisso de oferecer serviço e proteção de excelência aos seus clientes e segurados, bem como o seu comprometimento com o país, onde segue uma estratégia de longo prazo. A companhia tem investido fortemente em tecnologia e inovação, foco no cliente e abertura de novos canais de distribuição, mantendo os corredores no centro da estratégia de negócios. Atualmente, a Seguradora concentra sua atuação nos segmentos de Ramos Elementares, Vida e Negócios Corporativos.

3.5.2 Imóveis destinados à renda

Imóveis próprios da Seguradora cuja finalidade é obter renda através da locação destes imóveis. Tais ativos foram registrados pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada, calculada com base na vida útil estimada, e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável.

3.5.3 Imobilizado

O ativo imobilizado é reconhecido pelo custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável. O *software* adquirido como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.

As beneficiárias em imóvel de terceiros, referem-se aos gastos realizados com instalações, melhorias e outras benfeitorias, de uso administrativo, com o objetivo de adequá-las, às necessidades de utilização da Seguradora. A amortização é calculada de acordo com o prazo determinado em contrato.

Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

A apuração do ganho ou perda na alienação de um item do ativo imobilizado é calculada entre o valor efetivo recebido na alienação e o valor contábil residual do bem, sendo registrado no resultado do período.

3.7 Intangível

Gastos com desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e capacidade da Seguradora de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos *softwares* de modo que gere benefícios econômicos futuros.

Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento e são apresentados deduzidos da amortização acumulada gerada durante a vida útil.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas à medida que são incorridas. A amortização é calculada sobre o custo do ativo sendo reconhecida no resultado, baseando-se no método linear a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, visto que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Após a incorporação da subsidiária Allianz Brasil Seguradora S.A., o ágio e ativos intangíveis (Mais Valia) identificados na transação, são apresentados na rubrica de intangíveis.

A Seguradora efetua a amortização dos itens apurados pela Mais Valia na aquisição de controladas baseado nas taxas e prazos definidos no documento Alocação do Preço de Compra (PPA).

O ágio por expectativa de rentabilidade futura possui vida indefinida, sendo submetido anualmente a teste de recuperabilidade com o intuito de avaliar a necessidade de *impairment* (redução ao valor de recuperação). Esse teste consiste em projetar com base em premissas razoáveis e fundamentadas que representam a melhor estimativa, por parte da administração. (Nota 11.3)

3.8 Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e a contribuição social do período corrente é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que excede R\$ 240 no exercício para imposto de renda e a 15% sobre o lucro tributável para a contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos e ambos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do período, as taxas de impostos são decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e são mensurados pelas alíquotas em que se espera serem aplicadas no momento pelo qual as diferenças temporárias foram revertidas.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Os ativos e passivos fiscais circulantes e diferidos oriundos de tributos sobre o lucro e lançados pela mesma autoridade tributária, são compensados para fins de apresentação no balanço patrimonial.

A interpretação técnica IFC2 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Neste sentido, a entidade analisou retrospectivamente a legislação fiscal e os tratamentos utilizados nas apurações dos tributos sobre o lucro, e aplicando as promissas estabelecidas pelo ICCPC22.

3.9 Provisões técnicas - seguros

As Provisões Técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as normas e determinações vigentes, emitidas pela SUSEP, CNSP e IBA. No passivo circulante e não circulante as provisões técnicas de seguros estão classificadas entre: (a) Danos; (b) Pessoas; (c) Vida individual e (d) Vida com cobertura de sobrevivência.

3.9.1 Provisão de prêmios não ganhos - PPNG

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída por duas parcelas. A primeira, denominada PPNG-RVE (Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vencidos e Emitidos), calculada para a parcela dos prêmios emitidos de seguros, bruto e ativo de resseguro, correspondente ao período de risco a decorrer, utilizando o método *"pro-rata die"*, tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurando. Já a segunda, Provisão para Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE), calcula-se de acordo com o prêmio bruto e ativo de resseguro estimados. Nas diversas cartelas da Seguradora, considerando-se a data do início de vigência de cada documento e a sua respectiva data de emissão estimada.

Cabe ressaltar que a metodologia supracitada também sensibiliza as parcelas de Prêmio Emitido Líquido (PEL), Comissão Emitida e Custos de Aquisição Diferidos (CAD), de modo a respeitar as partidas dobradas contábeis, RVE e RVNE.

3.9.2 Provisão de sinistros a liquidar - PSL

É constituída por estimativa de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das Demonstrações Financeiras, considerando a estimativa bruta e do ativo de resseguro. Esta provisão contempla, quando aplicável, os ajustes para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final (IBNER).

Para o registro dos sinistros em discussão judicial, a Seguradora aplica metodologia específica, a qual prevê a determinação dos valores de abertura considerando a melhor estimativa de pagamento, que já considera, por exemplo, a expectativa de juros de mora, correção monetária e honorários de sucumbência futuros, conforme formulação obtida através de estudos estatísticos-atuariais. As decisões judiciais que determinam pagamentos de reclamações oriundas de sinistros ocorridos durante a vigência das referidas apólices, mesmo que sem cobertura prévia, são consideradas como sinistros e registradas como provisões técnicas. Os desfechos judiciais cujos eventos não estejam relacionados à apólice, com exceção dos riscos vigentes e ainda não emitidos, são classificados como outros débitos. A expectativa de salvados e ressarcimentos, quando aplicável, está registrada como ajuste de salvados e ressarcidos no PSL.

3.9.3 Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR

É constituída para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, sendo calculada com metodologia Chain Ladder tomando por base o desenvolvimento dos montantes de sinistros incorridos, distribuídos pelas datas de movimento e datas de ocorrência. O cálculo desta provisão considera o histórico de sinistros ocorridos, incluindo os casos em ação judicial, movimentados e a data base de cálculo. No geral, são utilizados 60 (sessenta) períodos de desenvolvimento, os quais, dependendo da característica de cada agrupamento de ramos, são distribuídos em agrupamentos mensais, trimestrais, semestrais ou anuais, considerando a análise da parcela bruta e do ativo de resseguro correspondente. A expectativa de salvados e ressarcimentos, quando aplicável, está registrada como ajuste de salvados e ressarcidos no IBNR.

3.9.4 Provisão de despesas relacionadas - PDR

A Seguradora constitui, de forma segregada das demais provisões de sinistros, a provisão de despesas relacionadas (PDR). Esta provisão visa a cobertura dos valores esperados decorrentes das despesas relacionadas a sinistros (em geral, oriunda do processo de regulação). Ainda, a Seguradora também contabiliza a parcela da PDR-IBNR, dedicada a cobrir as despesas provenientes de eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados.

3.9.5 Provisão complementar de cobertura - PCC

Refere-se a Provisão Complementar necessária para a cobertura das provisões técnicas, conforme o resultado apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). O TAP é elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas, aplicando-se a tábua biométrica BR-EMS para ambos os sexos e Estruturas a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco autorizada pela SUSEP (e ANBIMA).

3.9.6 Teste de adequação de passivos - TAP

A Seguradora elaborou o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para todos os contratos ativos que atendem a definição de um contrato de seguro segundo a legislação vigente na data de execução do teste. Este teste é elaborado, no mínimo, semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzida da despesa de comercialização diferida e comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

As premissas utilizadas foram:

- O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alcováveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros.
- Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados, a Seguradora utilizou as taxas a termo livre de risco definidas pela SUSEP, correspondendo às respectivas características de cada portfólio - ETTJ pré-fixada para o portfólio Administrativo; Cupom IPCA para o portfólio Judicial e o Cupom Cambial para a parcela do portfólio em moeda estrangeira.
- De acordo com a legislação vigente, o teste foi segmentado em seguro de pessoas e danos. Não foram incluídos nos testes os passivos relacionados às operações de retrocessão (cujo valor é imaterial, nesta data-base).
- A Seguradora considerou na projeção realista dos sinistros a ocorrer premissas de sinistralidade e despesas futuras baseadas no Plano Orçamentário (de Negócio) para o ano de 2025. Os percentuais definidos de sinistralidade e despesas administrativas, por agrupamento, foram, respectivamente: Automóvel (66,0%; 5,9%), Patrimoniais (56,0%; 4,6%), Transportes (52,7%; 3,2%), Responsabilidades (53,8%; 4,0%), Riscos Financeiros (37,5%; 2,5%), Pessoas Coletivo (51,8%; 3,2%) e Pessoas Individual (54,2%; 4,9%).

As provisões de sinistros (PSL, IBNR, IBNER e PDR) foram consideradas adequadas, tanto para o segmento de Danos quanto o de Pessoas, quando comparadas com o valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, considerando a expectativa de despesas alcováveis e salvados, quando aplicável.

As provisões de prêmios (PPNG-RVE e PPNG-RVNE) foram consideradas adequadas, tanto para o segmento de Danos quanto o de Pessoas, quando comparadas com o valor presente esperado do fluxo referente a sinistros a ocorrer dos riscos já assumidos, acrescidos das despesas de manutenção do portfólio.

Para os produtos em *run-off* (seguros de vida sem reenquadramento por faixa etária), considerou-se como premissa de mortalidade a tábua BR-EMS vigente. Os fluxos relacionados aos prêmios não registrados, sinistros a ocorrer, despesas correspondentes e demais itens resultaram em uma necessidade de constituição de Provisão Complementar de Cobertura (PCC) (Nota 15.3).

3.10 Provisões judiciais e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas se o pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados nas demonstrações financeiras quando aplicável.

3.11 Benefícios aos colaboradores
As despesas com benefícios legais e facultativos concedidos aos colaboradores são lançadas como despesa à medida que ocorrem.

A Seguradora é patrocinadora de plano de previdência privada, administrado por instituição de previdência contratada para esta finalidade, para seus colaboradores e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade com predominância em renda fixa. Os aportes mensais são calculados com base em salário-base de contribuição do participante.

A Seguradora possui programa de participação nos lucros e resultados aos colaboradores, conforme disposto nas Leis nº 10.101/2000 e 12.832/2013, devidamente acordado com o sindicato representativo da categoria, sendo o valor correspondente registrado em "Obrigações a pagar". O cálculo da participação é baseado na gestão de um *Chief Risk Officer*, a área de Controles Internos e a área de desempenho individual, não estando desta forma, restrito exclusivamente ao resultado líquido apurado no período.

O rol de benefícios contempla ainda plano médico e odontológico, auxílios: alimentação, refeição, combustível, creche, complementação ao auxílio-doença, seguro de vida em grupo e assistência funeral, programa de assistência psicológica e jurídica aos colaboradores e dependentes, convênio com academia de ginástica, ajuda de custo para despesas com trabalho em residência, e são reconhecidos no resultado à medida que incorridos.

3.11.1 Plano de incentivo baseado em ações

O programa de incentivo de longo prazo utilizado pelo Grupo Allianz, a nível mundial, para os principais executivos, concentra-se na valorização do valor da marca Allianz obtido através do alcance de performance individual e premissas previamente determinadas pelo Grupo.

O Plano de incentivo denominado Allianz Equity Incentive (AEI) é concedido sob a forma de unidades de estoque restritas *Restricted Stock Units* (RSUs), e faz parte de um novo componente de remuneração variável para os beneficiários do plano.

As RSUs estão sujeitas a um período de aquisição de quatro anos e são atreladas às ações do Grupo, como parâmetro monetário para valorização. O valor justo é calculado subtraindo o valor presente líquido dos pagamentos de dividendos futuros esperados até o vencimento, bem como o valor justo do limite correspondente ao preço médio da ação prevalentemente na data de avaliação.

A parcela constituída como obrigação a pagar tem como contrapartida a despesa na demonstração de resultados. O montante apurado é transferido para o Grupo através de operação cambial, que por sua vez adquire e administra o portfólio de ativos financeiros que serão novamente transferidos para a Seguradora quando o benefício de concessão for exercido pelo executivo. (Nota 21.2.1.)

3.12. Direitos de uso e Passivos de arrendamento

A Seguradora optou por não reconhecer itens de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, tablets, computadores pessoais, telefones, móveis de escritório e copiadoras), bem como locações de carros. Os contratos reconhecidos sob o CPC 06 (R2) são oriundos de alugueres referentes à sede da matriz da Seguradora e de suas filiais e estão registrados nas rubricas "Direito de uso" no ativo circulante e ativo não circulante, e "Passivo de arrendamentos" no passivo circulante e não circulante, respectivamente.

O prazo dos contratos de arrendamento é definido contratualmente. Estes contratos são revisados anualmente juntamente com a atualização monetária, ou em eventuais mudanças que afetem a mensuração inicial. Se houver a expectativa de renovação, o mesmo período do contrato original é considerado como prazo de renovação e acrescido no cálculo do valor presente do ativo e passivo de arrendamento no momento da mensuração inicial.

4. GESTÃO DE RISCOS

A Seguradora possui uma estrutura de gestão de riscos que segue os padrões do Grupo Allianz e o requerido pela Resolução CNSP nº 416/2021, portanto, compatível com a natureza, o porte, a complexidade, o perfil de risco e o modelo de negócio da Seguradora. Esta estrutura é liderada pelo Diretor de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, que tem sob sua responsabilidade a área de Riscos com a gestão de um *Chief Risk Officer*, a área de Controles Internos e a área de Compliance, estando, desta forma, o Sistema de Controles Internos totalmente integrado com a Estrutura de Gestão de Riscos.

O Diretor de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance e sua estrutura assumem o papel de "segunda linha de defesa", e tem como finalidade monitorar se a Seguradora está sendo gerida dentro do apetite de riscos definido pela alta Administração e seus acionistas. A Estrutura de Gestão de Riscos, por meio de um conjunto de metodologias e ferramentas de gestão de riscos, permite também identificar e avaliar se há riscos aos quais a Seguradora se encontra exposta que possam estar fora da sua tolerância, além de traçar seu perfil de riscos. Assim, é possível avaliar se há riscos que demandam uma estratégia de mitigação de forma a evitá-los, transferi-los através de resseguro, ou, aceitá-los conscientemente como parte dos negócios.

O processo de gestão de riscos conta com a participação de todas as camadas da Seguradora que possuem papéis e responsabilidades relativos à gestão de riscos dentro das suas áreas de atuação. Essa abordagem permite a identificação dos riscos que possam ter um impacto significativo nas operações e no seu desempenho financeiro e econômico. Caso estes riscos venham a se materializar, a alta Administração e o Grupo Allianz tomarão as medidas necessárias para restaurar e preservar a continuidade de suas operações e a sua posição econômico-financeira.

Para garantir que a Seguradora esteja em total conformidade com o requerido pela Circular SUSEP nº 648/2021, a Estrutura de Gestão de Risco, o Sistema de Controles Internos e suas avaliações são discutidos trimestralmente durante fórum interno de Gestão de Riscos e Controles Internos, cuja sessão contém representantes das áreas de Compliance, Segurança da Informação, Auditoria, Atuarial Institucional, CUO (*Chief Underwriting Officer*), CFO (*Chief Finance Officer*) e CEO (*Chief Executive Officer*).

A Estrutura de Gestão de Riscos da Seguradora é descrita mais detalhadamente nas próximas seções. Nesta sessão também são abordados os pontos mais relevantes no tocante à saúde da Seguradora, de modo que estas discussões visam gerenciar as incertezas, buscar oportunidades e aprimorar os processos de controles internos, assegurando uma tomada de decisão robusta e eficiente.

4.1 Governança de risco

Uma governança corporativa bem definida é um pilar fundamental para permitir que a Estrutura de Gestão de Riscos e o Sistema de Controles Internos da Seguradora operem efetivamente. A Seguradora possui um Conselho de Administração, cujas funções incluem convocação de Assembleia dos Acionistas, aprovação dos relatórios e políticas de gestão de riscos, formalização do apetite a riscos da Seguradora, escolha dos auditores externos, dentre outras responsabilidades. Cabe ao Comitê Executivo definir as ações estratégicas e assegurar que elas sejam implementadas de forma a garantir o sucesso da Seguradora.

A Seguradora possui um Comitê de Auditoria e Riscos independente, conforme requerido pelas regulamentações locais, que tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que tange a supervisão da implementação e operacionalização da Estrutura de Gestão de Risco. O Comitê também avalia a efetividade dos controles internos da Seguradora, com evidência das deficiências apontadas através de relatório específico para este fim.

A estrutura de governança de gestão de riscos da Seguradora também segue os padrões e princípios estipulados pelo Grupo Allianz e é formada por um conjunto de Comitês que possuem mandatos específicos e documentados conforme apresentados a seguir:

- Comitê de Risco (RiCo) para atender as solicitações do Grupo Allianz. Este Comitê de Riscos tem como objetivo principal garantir que as estratégias, políticas e os processos de gestão de riscos da Seguradora operem de forma eficaz para assegurar que os riscos significativos da empresa sejam adequadamente identificados, avaliados e mitigados. O Comitê de Riscos, que se reúne regularmente, é liderado pelo CRO e tem como membros Diretores Executivos e Alta Liderança de áreas-chave e como convidados permanentes representantes do Grupo Allianz. Isto garante a completa independência do CRO, além de mitigar potenciais conflitos de interesse. Para reforçar esta independência, o CRO possui linha direta de reporte com o CRO do Grupo Allianz, bem como suas respectivas equipes de gestão de riscos corporativos.
- Há outros comitês que complementam a governança de gestão de riscos da Seguradora, cujas responsabilidades são focadas em esferas e áreas de riscos específicos. Os principais comitês são:
 - O Comitê de Ética e Conduta visa garantir que a Seguradora promova os princípios fundamentais de ética e conduta estabelecidos por meio de seu Código de Ética e Conduta, que este esteja adequadamente divulgado e monitorado e que os casos de não conformidade, incluindo corrupção, fraude ou outros tipos de denúncias, sejam apurados e deliberados por este Comitê;
 - O Comitê Financeiro estabelece diretrizes gerais para a gestão de investimentos da Seguradora, de maneira a maximizar a rentabilidade dos ativos observando os fatores de segurança, solvência e riscos de crédito, mercado e liquidez. Estas estratégias respeitam a regulamentação em vigor e estão em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Grupo Allianz;
 - O Comitê de Reportes Financeiros visa assegurar que as demonstrações financeiras e informações relacionadas estejam corretas, completas e fidedignas conforme resultados financeiros e operacionais em todos os aspectos. Outrossim, assegura que as publicações financeiras e divulgações relacionadas estejam de acordo com as normas de procedimentos contábeis internacionais e nacionais.
 - O Comitê de Reservas supervisiona, monitora, analisa, revisa e aprova os saldos das provisões técnicas. Além disso, monitora o desenvolvimento das provisões técnicas através de testes de consistência e, se necessário, recomenda ajustes e medidas para assegurar a conformidade dos valores contabilizados;
 - O Comitê de Subscrição monitora a evolução da carteira dos produtos, analisando: a evolução da frequência e custo médio por garantia, eventuais causas de desvios, rentabilidade e os volumes de produção por segmento de subscrição. Além de definir ações corretivas de precificação e subscrição necessárias para atingir as metas do plano estratégico trienal; e
 - O Comitê de Proteção e Resiliência garante uma cultura de Proteção e Resiliência organizacional para antecipar, preparar e adaptar-se a mudanças e interrupções súbitas, de modo a proteger as operações de negócios (TI e Não-TI), pessoal e ativos físicos. Assim, a Allianz Seguros garante que estará mais bem posicionada para responder de maneira eficaz e eficiente quando for necessário.

4.2 Riscos de seguros

4.2.1 Riscos de danos e pessoas
O risco de seguro pode ser definido como sendo o risco transferido por qualquer contrato que exista a incerteza de que o evento de seguro ocorra (sinistro) e onde haja incerteza sobre o valor de indenização. Os contratos de seguro transferem risco significativo, onde possuímos a obrigação de desembolso de benefício adicional aos nossos segurados. Desta forma todas as áreas envolvidas no processo agem ativamente sobre a gestão de riscos de seguros, definição de políticas operacionais e avaliação de processos.

O principal risco assumido é o risco de que a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos nossos segurados sejam maiores do que previamente estimados segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que devemos pagar para fazer face aos eventos de sinistros.

A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se, no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. Essa estratégia é definida anualmente em um planejamento estratégico que estabeleça as classes de negócios, regiões territoriais e segmentos de mercado em que a Seguradora irá operar. Com base nas estratégias definidas, são elaboradas as políticas de aceitação e os processos de gestão de riscos dos contratos de seguros.

Como forma de diluir e homogeneizar a responsabilidade na aceitação dos riscos subscritos, a Seguradora mantém contratos de resseguro, os quais são renovados periodicamente. Os contratos de resseguros firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a pulverizar a exposição dos riscos isolados e dos riscos de natureza catastrófica, além das colocações de riscos facultativos para gerenciamento de risco de severidade.

As indenizações de riscos são devidas aos segurados na medida em que os sinistros ocorram e a Seguradora automaticamente passa a ter o dever de efetuar a indenização de todos os eventos cobertos ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência deste. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período, seja ele considerado de curto ou longo prazo, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) e/ou Provisão de Sinistros Não Suficientemente Avisados (IBNER). Ambas desenvolvidas para abarcarem riscos inerentes a avisos posteriores à ocorrência do evento indenizável.

Como parte integrante do risco de seguro, o custo estimado de sinistros inclui despesas diretas a serem incorridas na liquidação dos sinistros. A Seguradora adota diversos procedimentos para garantir que as informações relativas à sua exposição de sinistros são adequadas. Todavia, considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, é provável que a liquidação final se mostre diferente do passivo inicialmente constituído. Estas provisões incluem o IBNR, IBNER e a Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL). Entretanto, os valores de sinistros judiciais, são particularmente sensíveis à jurisprudência relativa à matéria em questão.

O quadro a seguir apresenta a estrutura dos prêmios emitidos brutos de cosseguros cedidos, antes e após as cessões de resseguros cedidos.

Agrupamento	Prêmios Emitidos	Prêmios de Resseguros	31/12/2024		
			Prêmios Retidos	Retenção	Resseguros
Automóvel.....	7.015.766	(1.870.701)	5.145.065	73%	27%
Patrimonial.....	1.267.302	(270.226)	99		

ALLIANZ SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.573.796/0001-66

www.allianz.com.br



4.3.12 Exposição ao risco com resseguradores

Visando segurança e solidez, a Seguradora prioriza firmar negócios com resseguradores que detêm elevado grau de crédito. Para fins de cálculo da exposição de risco de crédito, especificamente para as categorias de resseguradores admitida e eventual, o grau de risco é atribuído em função da classificação de risco emitida por agências de rating de escala global, equiparadas a Standard & Poor's (S&P). As operações de ressego, especialmente no que tange às parcelas de sinistros a recuperar, são gerenciadas pela Seguradora em conformidade com os padrões operacionais estabelecidos pelo regulador. Os sinistros a recuperar com resseguradores estão assim apresentados:

Rating	Classes de Resseguradoras						Totais	
	Local		Admitida		Eventual		31/12/2024	31/12/2023
AAA / AA+ / AA / AA-	216.943	169.209	41.010	17.658	216.716	170.885	474.669	357.752
A+ / A / A-	-	-	8.222	10.601	415	762	8.637	11.363
BBB+ / BBB / abaixo de BBB	-	-	-	11	7	-	7	11
Totais	216.943	169.209	49.232	28.270	217.138	171.647	483.313	369.126

4.3.2 Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações de indicadores do mercado financeiro que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos em virtude de flutuações nas taxas de juros, preços e taxas de câmbio. Mensalmente a área de riscos produz análises em que são considerados os valores de mercado dos ativos e, a partir de diferentes cenários de taxa de juros, demonstra os impactos na solvência da Seguradora e resultado financeiro.

Há outras considerações importantes analisadas pelo Comitê Financeiro para permitir que o risco de mercado seja bem gerenciado e mitigado, como, por exemplo, o monitoramento e análise contínua da duração da carteira, casamento dos vencimentos dos ativos com os passivos atuariais e indexadores dos papéis. Além disso, o Comitê Financeiro estipula limites relacionados à exposição da carteira em risco de mercado.

4.3.2.1 Risco de juros

O risco na taxa de juros resulta da variação na taxa de juros de mercado dos ativos que compõem o portfólio da Seguradora, impactando seus preços e, consequentemente, a rentabilidade.

Os ativos são classificados como avaliados a valor justo por meio do resultado (VJR), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJora) ou custo amortizado (CA), conforme nota 2.5. A avaliação desses ativos é feita pelo banco custodiante com base em manual próprio de marcação a mercado e validada pela área de investimentos.

O teste de sensibilidade abaixo mostra o impacto de uma alta na taxa de juros nos ativos que compõem a carteira da Seguradora. Vale ressaltar que os investimentos em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), os Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Letras Financeiras (LF) presentes na carteira da Seguradora são pós-fixados, não apresentando, portanto, nenhum impacto quanto à variação de taxa de juros.

Classes	Premissas	31/12/2024		
		Saldo Contábil	Efeitos no resultado e Patrimônio líquido	Saldo Ajustado
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Pré-fixados	Aumento de 4,5 p.p na taxa	1.959.711	(205.913)	1.753.798
Inflação	Aumento de 4,5 p.p na taxa	1.943.642	(186.781)	1.756.861
Pós-fixados		34.650	-	34.650
Totais		234.444	-	234.444
		4.172.447	(392.694)	3.779.753

Classes	Premissas	31/12/2023		
		Saldo Contábil	Efeitos no resultado e Patrimônio líquido	Saldo Ajustado
Ativos públicos disponíveis para venda				
Pré-fixados	Aumento de 4,5 p.p na taxa	1.322.759	(127.888)	1.194.871
Inflação	Aumento de 4,5 p.p na taxa	2.180.354	(207.174)	1.973.180
Pós-fixados		830.708	-	830.708
Totais		193.453	-	193.453
		4.527.274	(335.062)	4.192.212

O item "Outros" não contempla o montante de R\$ 662 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 662 em 31 de dezembro de 2023) referente a depósitos no IRB registrados no ativo circulante.

4.3.2.2 Risco de preço

O risco de preço decorre da variação do preço de negociação de um determinado instrumento financeiro. A Seguradora não possui exposição em ações ou outros ativos financeiros que sofram variação de preço que não os relativos às variações de juros, conforme mencionado no item anterior. Dessa forma, a gestão do risco de preços é realizada exclusivamente por meio da análise de sensibilidade de juros.

4.3.2.3 Risco de câmbio

Ocorre quando o investimento é realizado em instrumentos financeiros denominados em moeda diferente daquela em que foi aberta a conta de origem. As variações da taxa de câmbio poderão resultar em perdas no caso de haver descasamento de saldos ativos e passivos. O controle desse risco é exercido mensalmente mediante monitoramento das posições ativas e passivas em moedas estrangeiras, com o propósito de identificar o grau de exposição e descasamento.

Limite específicos para exposição em moeda estrangeira que são monitorados pela área de Riscos e Controles Internos.

4.3.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco, no curto prazo, de que as obrigações de pagamentos (correntes ou futuros) não possam ser cumpridas ou, se sim, mediante condições alteradas. Este risco pode surgir principalmente se existir incompatibilidade entre o calendário de pagamentos e as obrigações de financiamento.

Há dois fatores importantes que precisam ser analisados para permitir que o risco de liquidez seja bem gerenciado e mitigado: casamento de ativos e passivos e monitoramento da liquidez da carteira de aplicações financeiras.

O fluxo de caixa da Seguradora é monitorado diariamente pelas áreas de riscos, *asset management* e tesouraria, o que permite que qualquer risco iminente de liquidez seja identificado e remediado imediatamente. Periodicamente, é feita a projeção do fluxo de caixa e apurado o índice de liquidez a partir de cenários de estresse e limites predefinidos, em conformidade com o apetite de risco.

4.3.3.1 Exposição ao risco de liquidez

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

Os percentuais do total de ativos que devem ser aplicados por tipo de papel e por prazo de vencimento são decididos e aprovados semestralmente pelo Comitê Financeiro. Esses limites são estabelecidos com o intuito de alinhar os vencimentos dos ativos financeiros com o desenvolvimento médio dos passivos.

A Seguradora aplica em ativos corrigidos por inflação, pré-fixados e pós-fixados, visando à proteção pela diversificação do ativo e alinhamento com a correção do passivo (que pode ser indexado a índices variados).

4.3.3.2 Fundos de investimento

Embora o resgate das quotas de fundos de investimento seja imediato para a Seguradora, é possível realizar a abertura conforme as classes de ativos e seus vencimentos com o intuito de medir a liquidez dos ativos em que os fundos aplicam. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

A classificação e composição por categoria de mensuração, indexadores e taxas médias contratadas e vencimento das aplicações financeiras estão detalhadas no quadro a seguir:

Títulos	Nível hierárquico	Em até 1 ano ou indeterminado	31/12/2024				Custo atualizado	Indexador e taxa média de juros contratadas a.a. %
			Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil	Valor justo		
Resultado (VJR)								
Fundos	Nível 2	234.444	-	-	234.444	6%	234.444	
Outros resultados Abrangentes (VJora)								
Time Deposit	Nível 1	122.880	2.310.021	1.512.050	3.944.950	94%	3.944.950	
NTN-B	Nível 1	6.947	-	-	6.947	-	6.947	
NTN-F	Nível 1	113.876	956.311	873.456	1.943.642	46%	1.943.642	
LFT	Nível 1	2.057	32.593	32.593	34.650	1%	34.650	
LTN	Nível 1	-	689.213	-	689.213	16%	689.213	
Outras aplicações	Nível 2	662	-	-	662	-	662	
Totais		357.986	2.310.021	1.512.050	4.180.056	100%	4.180.056	

Títulos	Nível hierárquico	Em até 1 ano ou indeterminado	31/12/2023				Custo atualizado	Indexador e taxa média de juros contratadas a.a. %
			Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil	Valor justo		
Valor justo por meio de resultado								
Fundos	Nível 2	193.453	-	-	193.453	4%	193.453	
Disponíveis para Venda								
Time Deposit	Nível 1	1.274.651	1.609.312	1.455.398	4.339.361	96%	4.339.361	
NTN-B	Nível 1	5.540	-	-	5.540	-	5.540	
NTN-F	Nível 1	618.596	665.175	896.583	2.180.354	48%	2.180.354	
LFT	Nível 1	-	322.764	558.815	881.579	19%	881.579	
LTN	Nível 1	209.335	621.373	-	830.708	18%	830.708	
Outras aplicações	Nível 2	441.180	-	-	441.180	10%	441.180	
Totais		1.468.766	1.609.312	1.455.398	4.533.476	100%	4.533.476	

O item "Outras aplicações" contempla o montante de 662 referente a depósitos no IRB registrados no ativo circulante.

A RVR constituída de acordo com a adoção do IFRS 9 está contabilizada no patrimônio líquido da seguradora e está avaliada em (8.599) (0 em 31 de dezembro de 2023), conforme demonstrado na DRA.

5.2 Movimentação das aplicações financeiras

Categoria	Saldo em 31/12/2023	Aquisição	Alienação	Resultado financeiro	Ganho ou perda com variação cambial	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 31/12/2024
Valor justo por meio de resultado	193.453	20.000	-	-	-	-	213.453
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	4.339.361	5.596.462	(5.999.272)	448.603	1.147	(441.350)	3.944.550
Outras aplicações	662	-	-	-	-	-	662
Totais	4.533.476	5.616.462	(5.999.272)	469.594	1.147	(441.350)	4.180.056

Categoria	Saldo em 31/12/2022	Aquisição	Alienação	Resultado financeiro	Ganho ou perda com variação cambial	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 31/12/2023
Valor justo por meio de resultado	169.621	-	-	23.832	-	-	193.453
Disponível para venda	3.498.442	3.732.136	(3.459.681)	397.810	(219)	170.873	4.339.361
Outras aplicações	662	-	-	-	-	-	662
Totais	3.668.725	3.732.136	(3.459.681)	421.642	(219)	170.873	4.533.476

6. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE SEGUROS E RESSEGUROS

Compostos substancialmente pelas emissões diretas e cosseguros aceitos, sendo registrados no ativo circulante e não circulante, os prêmios a receber estão assim compostos:

6.1 Composição dos prêmios a receber

Ramos agrupados	31/12/2024		31/12/2023	
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável
Automóvel	2.528.592	(5.668)	2.522.924	2.523.572
Patrimonial	419.438	(4.791)	414.647	365.898
Transporte	114.119	-	114.119	130.476
Pessoas	149.335	(5.462)	143.873	111.549
Rural	63.091	(3.092)	59.999	45.923
Responsabilidades	53.989	(4.260)	49.729	45.349
Demais	163.486	(10.053)	153.433	79.671
Totais	3.492.050	(33.326)	3.458.724	3.302.438

6.1.1 Prêmios a receber por vencimento

Vencimento	31/12/2023			
	Vincendos	Vencidos	Totais	Vincendos
Riscos vigentes e não emitidos	-	-	-	-
dos - RVNE	238.625	-	238.625	205.205
Entre 1 e 30 dias	706.388	84.794	791.182	677.829
Entre 31 e 180 dias	2.023.350	18.323	2.041.673	1.889.155
Entre 181 e 365 dias	368.238	3.075	371.313	369.085
Acima de 365 dias	13.529	35.728	49.257	341
Redução ao valor recuperável	-	(33.326)	(33.326)	-
Totais	3.350.130	108.594	3.458.724	3.141.615

Hash: 1741276812da2f211bab5411f9e823b01e6886884

6.3 Operações com resseguradoras

Contempla adiantamentos operacionais e recuperações de sinistros entre a Seguradora e as resseguradoras.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Recuperação de sinistro	483.313	369.126
Adiantamentos operacionais	14.333	113.585
Redução ao valor recuperável	(12.237)	(16.127)
Totais	485.409	466.584

7. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS A RECEBER

Contempla valores de comissões a recuperar e contas a receber de adquirentes de cartão de crédito, cujo a expectativa de recebimento é de 30 dias.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de adquirentes	306.391	68.239
Comissões a recuperar	9.626	8.896
Totais	316.017	77.135

8. SALVADOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA E RESSARCIMENTOS A RECEBER

8.1 Movimentação de direitos de salvados disponíveis para vendas e ressarcimentos estão assim demonstrados:

Ramos agrupados	Saldo em 31/12/2023	Constituição / (Reversão)	Recebimentos	Redução ao valor recuperável	Saldo em 31/12/2024
Automóvel	192.918	820.352	(828.103)	17.614	202.781
Patrimonial	417	33.717	(31.535)	191	2.790
Transporte	4.931	30.806	(31.316)	727	5.148
Rural	78	900	(952)	118	144
Responsabilidades	65	194	(269)	26	16
Demais	4	6.419	(6.425)	2	4
Totais	198.413	892.389	(898.600)	18.678	210.880
- Salvados a venda	178.784	746.790	(758.001)	15.298	182.871
- Ressarcimentos a receber	19.629	145.599	(140.599)	3.380	28.009

Ramos agrupados	Saldo em 31/12/2022	Constituição / (Reversão)	Recebimentos	Redução ao valor recuperável	Saldo em 31/12/2023
Auto	330.625	672.927	(828.850)	18.216	192.918
Patrimonial	357	24.952	(25.169)	277	417
Transporte	3.975	34.111	(34.602)	1.447	4.931
Rural	(362)	1.703	(1.645)	382	78
Responsabilidades	115	(1.571)	1.481	40	65
Demais	-	10.915	(10.910)	(1)	4
Totais	334.710	743.037	(899.695)	20.361	198.413
- Salvados a venda	318.510	594.703	(758.396)	23.967	178.784
- Ressarcimentos a receber	16.200	148.334	(141.299)	(3.606)	19.629

8.2 A composição dos salvados disponíveis à venda e direitos a ressarcimentos por agrupamentos de negócios está assim demonstrada:

8.2.1 Salvados disponíveis à venda considerando o prazo de permanência na conta.

Ramos Agrupados	31/12/2024					Total
	1 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 365 dias	acima de 365 dias	Redução ao valor recuperável	
Automóvel	103.960	52.754	20.943	7.402	(7.377)	177.682
Patrimonial	40	48	2.055	119	(139)	2.143

ALLIANZ SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.573.796/0001-66

www.allianz.com.br



11. INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

11.1 Investimentos
A Seguradora participa no capital social da controlada Allianz Saúde S.A., seguradora especializada no ramo de saúde. A movimentação do investimento equivalente e o resultado de equivalência patrimonial estão assim apresentados:

	Allianz Saúde S.A.	
Capital social	292.837	
Quantidade de ações possuídas - ON	174.957.422	
Percentual de participação	99,999%	
Total de ativos	184.197	
Total de passivos	42.714	
Patrimônio líquido	141.483	
Prejuízo / Lucro líquido do exercício	40.385	
Saldos de investimentos em 1º de janeiro de 2023	155.857	
Ajustes de avaliação patrimonial	858	
Resultado de equivalência patrimonial	(55.078)	
Saldo do investimento em 31 de dezembro 2023	101.637	
Outros ajustes patrimoniais	(1)	
Ajustes de avaliação patrimonial	(540)	
Resultado de equivalência patrimonial	40.385	
Saldos de investimentos em 31 de dezembro 2024	141.811	

11.2 Imobilizado e imóveis destinados à renda

A movimentação do ativo imobilizado e dos imóveis destinados à renda está assim apresentada:

Descrição	31/12/2023		31/12/2024		Saldo contábil bruto	Depreciação acumulada
	Taxas de depreciação linear anual	Saldo residual	Aquisições	Depreciação residual		
Terrenos e edificações	0 a 4%	5.373	-	(52)	5.321	14.480 (9.159)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7%	11.766	-	(2.392)	9.374	36.605 (27.231)
Equipamentos, móveis, máquinas e utensílios	10 a 20%	3.324	92	(908)	2.508	37.246 (34.738)
Computadores e periféricos	20%	20.305	2.554	(8.514)	14.345	71.322 (56.977)
Outras imobilizações	10%	13.675	9.438 (3.707)	(4.062)	15.344	30.749 (15.405)
Totais		54.443	12.084 (3.707)	(15.928)	46.892	190.402 (143.510)

Descrição	31/12/2022		31/12/2023		Saldo contábil bruto	Depreciação acumulada
	Taxas de depreciação linear anual	Saldo residual	Aquisições	Depreciação residual		
Terrenos e edificações	0 a 4%	5.425	-	(52)	5.373	14.480 (9.107)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7%	14.653	-	(2.887)	11.766	36.605 (24.839)
Equipamentos, móveis, máquinas e utensílios	10 a 20%	4.590	28	(1.294)	3.324	37.154 (33.830)
Computadores e periféricos	20%	24.053	4.114	(7.862)	20.305	68.768 (48.463)
Outras imobilizações	10%	10.428	9.107 (2.512)	(3.348)	13.675	25.018 (11.343)
Totais		59.149	13.249 (2.512)	(15.443)	54.443	182.025 (127.582)

11.3 Intangível
O Intangível é composto por *ágio/goodwill*, canais de distribuição, acordo de não competição e pelos gastos com desenvolvimento de *software* interno com vida útil definida. Sua movimentação está assim apresentada:

Descrição	31/12/2023		31/12/2024		Custo amortizado	Amortização acumulada
	Taxas de amortização média anual	Saldo residual	Amortização	Saldo residual		
Ágio	0%	1.604.556	-	1.604.556	1.604.556	-
Canais de distribuição	8%	446.607	(49.623)	396.984	620.287	(223.303)
Acordo de não competição	20%	5.978	(3.986)	1.992	19.928	(17.936)
Totais		2.057.141	(53.609)	2.003.532	2.244.771	(241.239)

A recuperação do valor contábil do *ágio* é avaliada anualmente com base no seu valor em uso. O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Seguradora, aprovada pela Administração. A metodologia consiste em projetar os resultados da empresa utilizando um horizonte de acordo com o plano de negócios e descontá-los a valor presente por uma taxa de desconto do custo de capital esperado para os próximos anos, com base em orçamentos financeiros. Seguindo as instruções do CPC 01 (R1), a Unidade Geradora de Caixa (UGC) definida levou em consideração o menor conjunto de Ativos e Passivos em que a Seguradora desenvolve seu planejamento e controla seus resultados, ou seja, as operações de Auto + Massificados. A administração baseou as premissas de projeção no Plano de Negócio aprovado pela Administração até 2025 e após este período em informações de mercado disponibilizadas pela SUSEP. A sensibilidade das premissas de projeção de longo prazo foram testadas e os resultados de cada cenário foram avaliados pela Administração. Com base nas análises acima e nos cenários avaliados, o teste de recuperação do ativo não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável (*impairment*).

12. OBRIGAÇÕES A PAGAR

As obrigações a pagar, registradas no passivo circulante e não circulante, estão assim compostas:

Descrição	31/12/2024		31/12/2023		Totais
	A vencer - Dias	Mais de 365 ou sem vencimento definido	A vencer - Dias	Mais de 365 ou sem vencimento definido	
Prestitação de serviços terceiros	4.057	56.879	-	-	60.936
Contrato de aluguel	69	-	-	-	69
Obrigações com funcionários (a)	153	54.830	23.829	898	79.710
Débitos de operações bancárias (b)	-	-	-	35.201	35.201
Campanha de incentivo a corretores	-	1.824	20.004	-	21.828
Prestação de serviços - Partes relacionadas (c)	-	52.692	-	-	52.692
Programa de incentivo baseado em ações (d)	-	8.838	-	12.198	21.036
Fornecedores	14.412	330	-	-	14.742
Impostos e encargos sociais a recolher	106.469	131.602	31.219	873	270.163
Dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio	-	68.992	-	-	68.992
Outras obrigações a pagar	-	805	-	-	805
Totais	125.160	376.792	75.052	49.170	626.174

Descrição	31/12/2023		31/12/2024		Totais
	A vencer - Dias	Mais de 365 ou sem vencimento definido	A vencer - Dias	Mais de 365 ou sem vencimento definido	
Prestitação de serviços terceiros	682	64.234	-	-	64.916
Contrato de aluguel	138	-	-	-	138
Obrigações com funcionários (a)	899	55.930	22.846	1.731	81.406
Débitos de operações bancárias (b)	-	-	-	36.397	36.397
Campanha de incentivo a corretores	-	18.962	-	-	18.962
Prestação de serviços - Partes relacionadas (c)	65.475	26.411	-	-	91.886
Programa de incentivo baseado em ações (d)	-	3.115	-	8.243	11.358
Fornecedores	10.758	5	-	-	10.763
Impostos e encargos sociais a recolher	115.838	127.092	31.576	-	274.506
Dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio (e)	-	180.213	-	-	180.213
Outras obrigações a pagar	-	1.873	-	65	1.938
Totais	193.790	477.835	54.422	46.436	772.483

(a) As "Obrigações com funcionários" incorrem principalmente sobre participações nos resultados.
(b) Os itens que se encontram em fase de conciliação e são diretamente atribuíveis a créditos financeiros pendentes estão classificados em "Débitos de operações bancárias".
(c) As transações referentes a "Prestação de Serviços - Partes relacionadas" são inerentes às obrigações futuras de curto prazo de serviços administrativos e de assistência a seguros (Nota 20.1).
(d) As obrigações oriundas do programa de incentivos baseado em ações aos membros da Administração estão detalhadas na Nota 21.2.
(e) Dividendos e restituições relativas à redução de capital.

12.1 Passivos de arrendamento

Os passivos de arrendamento consolidados foram registrados de acordo com o CPC 06 (R2).

12.1.1 Movimentação dos passivos de arrendamento:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	135.665	142.878
Remensuração	10.815	10.699
Pagamentos de arrendamentos	(19.188)	(24.984)
Despesa de juros	7.087	6.972
Saldo no final do exercício	134.379	135.665
Circulante	15.620	15.453
Não Circulante	118.759	120.212

Os contratos de arrendamento, de acordo com os critérios definidos no CPC 06 (R2), são remensurados quando da alteração contratual.

- Atualização anual do valor pago por arrendamento dos imóveis (atualização conforme cláusulas contratuais - IPCA e/ou IGP-M);
- Renegociação do contrato Matriz São Paulo - com ajuste no valor pago e prazo de vigência contratual;
- Atualização da taxa de desconto, de acordo com índices do mercado.

12.1.2 Pagamentos mínimos futuros

As obrigações financeiras são compostas como segue:

Vencimentos	31/12/2024			Valor presente
	Pagamento mínimo futuro	Despesa financeira	Saldo	
Até 1 ano	22.147	(6.527)	10.815	15.620
Entre 1 e 5 anos	110.065	(20.491)	89.574	89.574
Acima de 5 anos	30.194	(1.009)	29.185	29.185
Totais	162.406	(28.027)	134.379	134.379

Vencimentos	31/12/2023			Valor presente
	Pagamento mínimo futuro	Despesa financeira	Saldo	
Até 1 ano	22.069	(6.616)	10.815	15.453
Entre 1 e 5 anos	101.568	(21.936)	79.632	79.632
Acima de 5 anos	42.612	(2.032)	40.580	40.580
Totais	166.249	(30.584)	135.665	135.665

13. DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

As operações com seguradoras contemplam principalmente os prêmios cedidos às congêneres. As operações com corretores de seguros e resseguros consideram comissões a pagar aos corretores por ocasião dos prêmios de seguros emitidos.

Operações	31/12/2024	31/12/2023
Seguradoras	15.333	10.464
Resseguradoras	1.722.706	1.438.088
Corretores de seguros	221.892	200.063
Outras operações	82.769	74.601
Totais	2.042.700	1.723.216

As operações com resseguradoras contemplam os registros dos prêmios cedidos de resseguros cedidos, líquidos de suas respectivas comissões, os adiantamentos de sinistros recebidos e outros débitos decorrentes das operações com resseguros cedidos e estão assim demonstrados:

Operações	Resseguradoras			
	31/12/2024		31/12/2023	
	LOCAL	ADMI- TIDA	EVEN-TUAL	TOTAL
Prêmios emitidos	435.922	85.394	302.944	824.260
Adiantamentos e outros débitos	110.596	106.744	683.826	901.166
(-) Ajuste ao valor de recuperável	(2.720)	-	(2.720)	(8.044)
Totais	543.798	192.138	986.770	1.722.706

14. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Contempla o recebimento antecipado de prêmios, créditos de prêmios e emolumentos de seguros, cessatários aceitos e resseguros, quando não identificados no ato do recebimento. Outros depósitos são caracterizados por créditos que não puderam ser atribuídos como cobrança antecipada ou prêmios e emolumentos recebidos até a data do balanço.

Descrição	31/12/2024					31/12/2023				
	1 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 365 dias	Mais de 365 dias	Totais	1 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 365 dias	Mais de 365 dias	Totais
antecipada de prêmios	127	-	-	-	127	-	-	-	-	-
Prêmios e emolumentos recebidos	1.234	3.268	5.557	6.213	16.272	2.179	153	1.732	3.361	7.425
Outros depósitos	2.004	-	-	-	2.004	124	-	-	-	124
Totais	3.365	3.268	5.557	6.213	18.403	2.303	153	1.732	3.361	7.549

15. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS

15.1 Provisões técnicas de seguros diretos

A composição das provisões técnicas de seguros, registrada no passivo circulante e não circulante, está assim apresentada por agrupamentos de ramos:

Danos e Pessoas	31/12/2024					Responsabilidades Demais	Totais
	Auto-móvel	Patri-monial	Trans-porte	Pessoas	Rural		
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG (*)	3.749.772	806.064	78.655	137.716	137.020	85.335	141.108
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	1.369.437	400.389	103.891	199.455	114.289	701.650	203.567
Provisão de despesas relacionadas - PDR	122.577	27.347	5.707	5.818	7.301	19.457	3.892
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	42.303	75.978	19.883	97.298	25.605	69.084	20.991
Provisão complementar de cobertura - PCC	-	-	-	82.869	-	-	82.869
Provisões técnicas - Seguros	5.284.089	1.309.778	208.136	523.156	284.215	875.526	369.558
Circulante	-	-	-	-	-	-	1.714.316
Não Circulante	-	-	-	-	-	-	1.710.142

Danos e Pessoas	31/12/2023					Responsabilidades Demais	Totais
	Auto-móvel	Patri-monial	Trans-porte	Pessoas	Rural		
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG (*)	3.485.790	679.413	78.506	103.381	117.559	77.158	73.720
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	1.294.861	405.489	129.465	218.866	130.051	678.014	204.190
Provisão de despesas relacionadas - PDR	78.100	31.133	7.628	6.077	8.226	26.763	5.141
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	50.295	94.345	29.167	99.215	28.095	105.484	32.462
Provisão complementar de cobertura - PCC	-	-	-	98.827	-	-	98.827
Provisões técnicas - Seguros	4.909.046	1.210.380	244.766	526.366	283.931	887.419	315.513
Circulante	-	-	-	-	-	-	6.622.752
Não Circulante	-	-	-	-	-	-	1.754.669

(*) PPNG - Contempla RVNE - Riscos vigentes, mas não emitidos.
15.2 Ativos de resseguros
Os Ativos de resseguros - provisões técnicas, registrada no ativo circulante e não circulante, estão assim apresentadas por agrupamentos de ramos:

Danos e Pessoas	31/12/2024					Responsabilidades Demais	Totais
	Auto-móvel	Patri-monial	Trans-porte	Pessoas	Rural		
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG (*)	830.987	222.769	67.692	6.472	41.124	39.071	116.324
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	282.864	185.208	43.216	48.262	52.952	566.383	193.955
Provisão de despesas relacionadas - PDR	16.678	5.697	2.956	491	3.260	14.751	2.537
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	5.241	17.069	11.335	11.465	11.593	55.081	17.100
Totais	1.135.770	428.663	85.253				

ALLIANZ SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.573.796/0001-66

www.allianz.com.br



Os depósitos e as provisões para ações judiciais reconhecidos nas demonstrações financeiras, encontram-se em consonância às determinações legais vigentes e consideram os montantes prováveis de desembolso. As ações judiciais cujas probabilidades de perda são classificadas como possível estão informadas nas respectivas notas explicativas e aquelas ações cujas probabilidades de perda foram classificadas como remota não estão apresentadas nas demonstrações financeiras. As principais ações em curso estão descritas abaixo:

16.1 INSS

16.1.1 Contribuição social e adicional sobre repasses de comissões pagas a corretores e honorários médicos (Processo nº 2001.61.00.004752-6)

Por meio dessa ação é questionada a obrigação tributária instituída pela Lei nº 9.876/1999 e art. 22, I, da Lei nº 8.212/1991, que determinam o recolhimento de contribuição social e seu adicional sobre os repasses de comissões pagas a corretores de seguros e honorários médicos decorrentes de indenizações de seguro-saúde comercializados pela Seguradora. A ação foi julgada improcedente, sendo interposto recurso de apelação, ao qual foi dado parcial provimento, para declarar a inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue a Autora recolher contribuição social (art. 22, inciso III e 1º da Lei nº 8.212/1991, com redação dada pela Lei nº 9.876/1999) incidente sobre os valores relativos ao pagamento dos médicos do seguro-saúde. Desta decisão, a União Federal interpôs Agravo Interno, ao qual foi negado provimento, decisão essa que transitou em julgado.

Recebidos os autos pelo juízo de origem, a União Federal informa que encaminhou cópia dos autos à DEINF-SP (e-processo 16327.720.556/2019-91), para que ela se manifeste sobre o destino dos depósitos judiciais efetuados nos autos. Por conseguinte, a Seguradora informou que aguarda o relatório da Receita Federal do Brasil (DEINF-SP), referente aos depósitos judiciais efetuados nos autos, para a conferência total dos valores, para posteriormente apresentar manifestação no sentido da liquidação do julgado. Em abril de 2024 foi julgado improcedente para a Allianz Seguros, haviam três contas judiciais vinculadas a esta medida judicial, onde duas delas foram encerradas e seu saldo foi convertido em favor da União. O montante provisionado é de R\$ 26.274(R\$ 127.744 em 31 de dezembro de 2023) e depósitos judiciais no montante de R\$ 26.274(R\$ 127.744 em 31 de dezembro de 2023).

16.2 PIS

PIS-Emenda Constitucional 171/1997 e Medida Provisória 1.537-45/1997 (Processo nº 97.0057213-7)

Essa ação discute a inconstitucionalidade da Medida Provisória nº 1.537- 45/1997, que determina o recolhimento de PIS com base na receita bruta operacional. O pedido foi julgado parcialmente procedente e a Seguradora interpôs Recurso de Apelação, que foi parcialmente acolhido, mediante a realização de depósitos judiciais dos valores não recolhidos. Na sequência, a Autora interpôs Recurso Extraordinário e Recurso Especial e a União Federal Recurso Extraordinário. Foi proferida Decisão da Vice-Presidência sobrestando o processo até o julgamento do Recurso Extraordinário nº 578.846, que versa sobre a mesma matéria.

O montante provisionado para as duas teses é R\$ 149.421 (R\$ 145.148 em 31 de dezembro de 2023) e depósitos judiciais para as duas teses no montante de R\$ 162.597 (R\$ 156.509 em 31 de dezembro de 2023).

16.3 PIS e COFINS

16.3.1 (Processo 16327.720734/2012-16)

Trata-se de processo administrativo formalizado em razão de despacho decisório proferido pela SRFB não homologando compensação realizada pela Seguradora a título da COFINS, referente competência de set/2003, com saldo negativo do IRPJ relativo ao ano-calendário 1999. Em face de tal decisão, a Allianz Seguros interps manifestação de inconformidade, a qual foi julgada parcialmente procedente. Em fevereiro de 2020, foi interposto recurso voluntário, o qual aguarda julgamento perante o CARF. O montante provisionado é de R\$ 1.421 (R\$ 1.375 em 31 de dezembro de 2023).

16.3.2 (Processo 16327.904728/2019-88)

Trata-se de processo administrativo formalizado em razão de despacho decisório proferido pela SRFB não homologando compensação de PIS e COFINS. Em jan/2015 foram compensados valores gerados por pagamentos de COFINS a maior, relativos às competências ago/2014 e set/2014, pagamentos de PIS a maior relativo às competências set/2014 e out/2014. Em face de tal decisão, a Seguradora interpôs manifestação de inconformidade, a qual aguarda julgamento. O montante provisionado é de R\$ 1.538 (R\$ 1.538 em 31 de dezembro de 2023).

16.3.3 (Processo 16327.904727/2019-33)

Trata-se de processo administrativo formalizado em razão de despacho decisório proferido pela SRFB não homologando compensação realizada pela Seguradora a título de PIS e COFINS. Em jan/2015 foram compensados valores gerados por pagamento de PIS a maior durante a competência ago/2014. Em face de tal decisão foi interposto manifestação de inconformidade, a qual aguarda julgamento. O montante provisionado é de R\$ 249 (R\$ 249 em 31 de dezembro de 2023).

16.4 IRPJ (Processo 16327.900791/2010-15)

Trata-se de processo administrativo formalizado em razão de despacho decisório proferido pela SRFB não homologando compensação realizada pela Seguradora a título do IRPJ, referente competências jan/2005 e jun/2005, com saldo negativo de IRPJ relativo ao ano-calendário 2004. Em face de tal decisão, foi interposto manifestação de inconformidade, a qual aguarda julgamento, após decisão favorável o montante foi baixado. O montante provisionado é de R\$ 0 (R\$ 4.311 em 31 de dezembro de 2023).

16.5 Ações trabalhistas

Reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores que pretendem receber verbas oriundas do extinto contrato de trabalho. Há também ações trabalhistas movidas por prestadores de serviços que pedem o reconhecimento de vínculo empregatício diretamente com a Seguradora ou sua responsabilidade subsidiária pelo pagamento de verbas trabalhistas que entendem devidas pela empresa prestadora de serviços terceirizados. Existem depósitos judiciais efetuados para garantia e discussão até decisão final.

O montante provisionado é de R\$ 8.210 (R\$ 6.950 em 31 de dezembro de 2023). O valor da causa cuja probabilidade de perda é considerada possível totalizou R\$ 18.862 (R\$ 27.291 em 31 de dezembro de 2023).

16.6 Ações cíveis

16.6.1 Ações cíveis - não relacionadas ao produto seguros

Trata-se de ações em trâmite perante varas cíveis, cujos pedidos não estão relacionados ao produto seguro e versam sobre matérias diversas (revisões, usucapião, adjudicação compulsória, controle de licença da marca registrada, entre outros). A provisão está pautada no valor do pedido ou da condenação. O montante provisionado é de R\$ 720 (R\$ 714 em 31 de dezembro de 2023). O valor da causa cuja probabilidade de perda é considerada possível totalizou R\$ 2.848 (R\$ 1.865 em 31 de dezembro de 2023).

16.6.2 Ações cíveis - não relacionadas a sinistros

Ações judiciais ajuizadas por segurados e não segurados para cobrança de indenizações oriundas de reclamações diversas relativas ao contrato de seguro. São constituídas provisões suficientes para o pagamento de eventuais condenações e das despesas de acordo com metodologia específica de previsão do montante a ser pago conforme Nota Técnica Atuarial.

As contingências, bem como suas despesas, são provisionadas de acordo com os valores prováveis de perda. O montante provisionado é de R\$ 37.540 (R\$ 36.249 em 31 de dezembro de 2023).

16.7 Sinistros judiciais

Ações judiciais movidas por segurados ou seus beneficiários em decorrência da recusa de pagamento de indenizações ou divergências em relação ao valor da indenização reclamada. São constituídas provisões suficientes para o pagamento das eventuais indenizações e das despesas de acordo com metodologia específica de previsão do montante a ser pago conforme Nota Técnica Atuarial. O montante está classificado na rubrica "Provisão de sinistros a liquidar" e, para garantia da liquidação das ações, em certas ocasiões é requerido que os valores envolvidos sejam depositados judicialmente.

	31/12/2024	31/12/2023
Total de ações judiciais pagas no semestre e que se encontravam provisionadas.....	148.299	146.184
Total provisionado de ações judiciais pagas no semestre.....	449.005	413.469
Processos encerrados sem pagamento no semestre, para os quais haviam provisão constituída.....	15.595	18.907
Total de ações judiciais pagas no exercício e não provisionadas no semestre anterior.....	26.759	29.270

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 Capital Social - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 7.522.469.387 (7.522.469.387 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

No exercício de 2023 a Seguradora reduziu seu capital em R\$ 693 milhões:

- Na AGE de 11 de dezembro de 2023 foi aprovado pela Administração da Seguradora a redução do capital social no montante de R\$ 693.040.000,00. Absorvido em R\$ 542.994.660,90, pela conta de prejuízos acumulados e com restituição aos acionistas em R\$ 150.045.339,10. A aprovação prévia pela SUSEP ocorreu em novembro de 2023, sendo homologada em 25 de abril de 2024 e publicado no DOU de 02 de maio de 2024.

No exercício de 2024 não ocorreram alterações de capital.

17.2 Reserva legal - Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, na forma prevista na legislação societária brasileira, facultado a 20% do capital social e podendo ser utilizado para compensação de prejuízos ou aumento de capital social. Em 31 de dezembro de 2024, foram apropriados à esta reserva R\$ 14.525.

17.3 Reserva estatutária de retenção de lucros - Definida em Estatuto esta reserva é constituída através da parcela retida do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as deduções legais e a constituição da reserva legal e tem como objetivo a preservação e manutenção do capital aplicado nos negócios da Seguradora ou para a distribuição de dividendos extraordinários. Em 31 de dezembro de 2024, foram apropriados à esta reserva R\$ 200.981.

17.4 Reservas de reavaliação - Constituída sobre reavaliações de bens do ativo imobilizado, anteriores a 1º de janeiro de 2008, cuja realização se dá por depreciação ou baixa dos referidos bens.

17.5 Ajustes de avaliação patrimonial - Resultado do valor da avaliação dos instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários. Em 31 de dezembro de 2024 o montante registrado nessa rubrica é de (R\$ 311.323). (R\$ 54.573) em 31 de dezembro de 2023).

17.6 Dividendos - Aos acionistas fica assegurado, pelo estatuto social da Seguradora, a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei.

18. PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO

18.1 Prêmios ganhos e indicadores de sinistralidade e comissionamento

Ramos agrupados	Prêmios ganhos		Índice de sinistralidade (%)		Índice de comissionamento (%)	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Automóvel.....	6.751.783	6.486.470	64%	65%	20%	18%
Patrimonial.....	1.111.400	910.555	46%	62%	19%	18%
Transporte.....	414.150	410.233	46%	55%	21%	18%
Pessoas.....	302.251	220.401	49%	64%	19%	18%
Rural.....	342.766	286.169	58%	41%	13%	17%
Responsabilidades.....	152.260	120.368	-25%	71%	17%	12%
Demais.....	112.677	102.732	-18%	-2%	3%	3%
Totais.....	9.187.287	8.536.928	58%	63%	19%	17%

Ramos agrupados	Prêmios ganhos		Índice de sinistralidade (%)		Índice de comissionamento (%)	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Automóvel.....	5.925.060	4.911.800	54%	65%	31%	18%
Patrimonial.....	869.348	649.505	43%	58%	27%	24%
Transporte.....	303.573	253.970	51%	52%	32%	25%
Pessoas.....	293.921	136.530	29%	83%	35%	4%
Rural.....	254.395	157.172	49%	35%	28%	6%
Responsabilidades.....	108.742	70.548	24%	12%	35%	20%
Demais.....	26.145	10.044	5%	22%	59%	-25%
Totais.....	7.781.184	6.189.569	51%	62%	31%	18%

19. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	31/12/2024	31/12/2023
19.1 Prêmios emitidos líquidos.....	9.667.791	8.761.883
Prêmios diretos.....	9.579.300	8.750.188
Prêmios de cosseguros aceitos.....	103.880	22.686
Prêmios de cosseguros cedidos.....	(48.809)	(32.051)
Prêmios - riscos vigentes e não emitidos.....	33.420	21.060

	31/12/2024	31/12/2023
19.2 Sinistros ocorridos.....	(5.308.736)	(5.350.901)
Sinistros - Diretos e cosseguros aceitos.....	(5.990.671)	(5.275.455)
Recuperação de sinistros de cosseguros cedidos.....	5.989	13.461
Salvados e ressarcimentos.....	767.593	628.002
Varição da provisão de IBNR.....	56.280	13.204
Serviços de assistência.....	(147.927)	(730.113)

	(1.785.178)	(1.481.841)
19.3 Custo de aquisição.....	(1.785.178)	(1.481.841)
Comissões.....	(1.731.938)	(1.467.036)
Outras despesas de comercialização.....	(192.220)	(96.592)
Recuperação de comissões.....	5.735	3.701
Varição das despesas de comercialização diferidas.....	133.245	78.086

	(744.039)	(576.539)
19.4 Resultados com resseguro.....	(744.039)	(576.539)
Prêmios.....	(2.716.913)	(2.293.910)
Comissões sobre os prêmios.....	496.617	331.717
Prêmios - riscos vigentes e não emitidos.....	(27.930)	(23.285)
Comissões sobre prêmios - riscos vigentes e não emitidos.....	8.814	21
Recuperação de indenização.....	1.725.108	1.657.470
Salvados e ressarcimentos - R.....	(290.726)	(243.342)
Varição da provisão de IBNR - R.....	(81.869)	68.544
Varição das provisões técnicas.....	219.012	(3.438)
Outras despesas com contratos de resseguro.....	(76.152)	(70.316)

	(93.994)	(84.293)
19.5 Outras receitas e despesas operacionais.....	(93.994)	(84.293)
Consultas e prevenção de riscos.....	(30.242)	(48.425)
Cobrança, apólices e contratos.....	(32.615)	(37.929)
(Constituição)/Reversão ao valor recuperável-prêmios.....	(2.596)	(815)
Acordo representação comercial.....	(31.765)	(28.443)
Ações judiciais cíveis.....	(4.298)	(12.727)
Constituição ao valor recuperável-bens à venda.....	18.678	20.361
Reversão ao valor recuperável-resseguros e cosseguros cedido... ..	(4.341)	(1.589)
Apuração do ciclo do seguro rural - FERS.....	(7.589)	21.150
Outras receitas.....	774	4.124

	(1.058.788)	(919.007)
19.6 Despesas administrativas.....	(1.058.788)	(919.007)
Pessoal.....	(472.487)	(419.287)
Localização e funcionamento.....	(327.342)	(281.450)
Serviços de terceiros.....	(134.131)	(107.339)
Publicidade e propaganda.....	(89.517)	(77.467)
Despesas de direito de uso arrendamento.....	(20.130)	(22.181)
Compartilhamento de despesas - empresas ligadas.....	(4.088)	(4.163)
Outras.....	(11.093)	(7.120)

	(249.205)	(238.050)
19.7 Despesas com tributos.....	(249.205)	(238.050)
PIS e COFINS.....	(184.392)	(176.283)
Impostos federais sobre remessa ao exterior-serviços.....	(50.548)	(47.196)
Taxa de fiscalização - reguladora.....	(5.986)	(4.056)
Impostos sobre operações de resseguros.....	-	(537)
Impostos municipais.....	(5.318)	(4.124)
Demais tributos.....	(2.961)	(5.854)

	523.173	443.352
19.8 Resultado financeiro - Receitas e (Despesas).....	523.173	443.352

	449.750	397.559
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangentes.....	449.750	397.559
Ganhos realizados.....	1.440	265
Juros recebidos.....	447.163	397.545
Oscilação cambial.....	1.147	(251)
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.....	20.991	23.832
Ganhos realizados - VJRE.....	20.991	23.832
Operações de seguros e resseguros.....	2.820	24.180
Operações de seguros e resseguros.....	4.595	23.139
Atualização monetária provisões técnicas.....	(102.842)	28.386
Atualização monetária provisões técnicas-resseguro.....	101.067	(27.345)
Outras Receitas e Despesas.....	49.612	(2.219)
Atualização monetária depósitos judiciais.....	9.833	13.766
Atualização monetária contingências.....	(5.255)	(11.421)
Outras Receitas e Despesas.....	4.596	12.770
Varição cambial bancos - moeda estrangeira.....	49.451	(10.242)
Contratos de arrendamento.....	(7.087)	(6.972)
Tarifas financeiras.....	(1.206)	(1.043)
Programa de incentivo baseado em ações.....	1.839	923
Estimativa para perdas de créditos.....	(2.559)	-

	40.591	(53.264)
19.9 Resultado patrimonial.....	40.591	(53.264)
Resultado equivalência patrimonial.....	40.385	(55.078)
Receitas com imóveis de renda.....	225	1.833
Despesas patrimoniais.....	(19)	(19)

	1.178	3.150
19.10 Ganhos e perdas com ativos não correntes.....	1.178	3.150
Resultado na alienação de bens do ativo não corrente.....	1.178	3.150

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2024	31/12/2023
20.1 Créditos Tributários e Previdenciários.....		
20.1.1 Créditos tributários - Ativo circulante.....		
Curto prazo.....	31/12/2024	31/12/2023
Antecipações compensadas no passivo (CPC 32).....	-	10.258
Saldo negativo de IRPJ e CSLL.....	33.706	20.700
IOF a restituir.....	114	347
Tributos federais retidos por órgãos públicos.....	93	85
Outros tributos a compensar.....	4.430	1.016
Totais.....	38.343	35.488

20.1.2 Tributos diferidos

20.1.2.1 Ativo fiscal diferidos

	Saldos em 31/12/2023	Movimentação Constituição	Utilização	Saldos em 31/12/2024
Imposto de Renda				
Provisões para contingências fiscais e cíveis.....	31.240	30.687	(31.239)	30.688
Provisões para perdas.....	16.580	13.		

ALLIANZ SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.573.796/0001-66

www.allianz.com.br



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Reimund Carsten - Presidente

Eduard Folch Rue - Vice-Presidente

Carolina Patricia Otero - Conselheira

DIRETORIA:

Andreas Markus Kerl

Eduard Folch Rue

Regina Helena Menezes Lopes

Rosely Boer Corino da Fonseca

Renato Roperto

ATUÁRIO:
Jorge Wilson Euphasio Junior - Atuário MIBA nº 3548

CONTADOR:
Tiago Coelho de Jesus - Contador CRC 1SP301127/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 31 DE DEZEMBRO DE 2024

O Comitê de Auditoria da Allianz Seguros S.A. é um órgão estatutário, subordinado ao Conselho de Administração, constituído em atendimento às normas do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados, e atuando em conformidade com seu Regimento Interno. No cumprimento de suas atribuições o Comitê realizou reuniões com os responsáveis pelas áreas de contabilidade, compliance, riscos, controles internos, atuarial, sinistros, resseguros, gestão de ativos e tecnologia da informação, e com os auditores internos e auditores independentes contábeis e atuariais, avaliando os assuntos considerados mais relevantes por diferentes meios, relatórios, documentos e informações.

Com base nas informações recebidas e nas observações efetuadas, o Comitê entende que o sistema de controles internos da Allianz Seguros é adequado ao porte e complexidade de seus negócios, e avalia como efetiva a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela auditoria interna e pelos auditores contábeis independentes PricewaterhouseCoopers. Os trabalhos realizados pela auditoria interna e pela auditoria independente não apontaram falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas, que pudessem influir ou comprometer as informações constantes das demonstrações financeiras. O Comitê acompanhou os procedimentos relacionados com o processo de preparação das

demonstrações financeiras e notas explicativas, interagindo com a Administração e com os auditores independentes, a respeito da adequação às práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Com base nas revisões e discussões acima referidas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração da Allianz Seguros S.A. a aprovação das demonstrações financeiras auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. São Paulo, 27 de fevereiro de 2025
COMITÊ DE AUDITORIA

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da Allianz Seguros S.A. São Paulo - SP

Escopo da auditoria

Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores atuariais independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes nem para apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir

que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviriam de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos de Prêmios (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), tendo sido definido pela Companhia um plano de ação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Consultores Ltda.
CNPJ: 02.189.924/0001-03 - CIBA 45

Felipe Fieri Amado
MIBA 2.385

Anexo

Demonstrativos do Parecer dos Auditores Atuariais Independentes	31/12/2024	31/12/2023
1. Demonstrativo dos limites de retenção		
0327.....	850	850
0112, 0173, 0520, 0525, 0542, 0553, 0644, 0746, 0929, 0980,		
0981 0990, 0991, 1369, 1390, 1417, 1528, 1535, 1537, 1597.....	1.000	1.000
0524, 0969, 1734.....	2.000	2.000
0984, 1384.....	2.000	-
0378.....	2.500	2.500
0977, 0982, 0993, 1061, 1377, 1381, 1391.....	3.000	3.000
1101, 1102.....	3.500	2.500
0313.....	4.515	4.515
0310, 0351.....	5.000	5.000
0775, 0776.....	6.000	6.000
0114, 0116, 0118, 0141, 0167, 0171, 0196, 0621, 0622, 0632, 0638,		
0654, 0655, 1065, 1066, 1130, 1162, 1433.....	12.500	12.500
0531.....	20.000	20.000

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Administradores e Acionistas Allianz Seguros S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Allianz Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

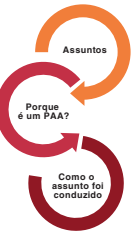
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Allianz Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Mensuração das provisões técnicas (PPNG-RVNE, PSL Judicial, IBNeR, IBNR e PCC) (Notas 3.9 e 15)</p> <p>A Seguradora possui obrigações referentes aos seus contratos de seguros registradas na rubrica "Provisões Técnicas - Seguros" nas demonstrações financeiras. A mensuração das provisões técnicas envolve julgamento crítico da administração na definição das metodologias de cálculo e premissas atuariais, com destaque para as Provisões de Prêmios Não Ganhos referente a Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE), a Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR), a Provisão de Sinistros a Liquidar Judiciais (PSL-J), e a Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNeR).</p> <p>Adicionalmente, a Seguradora realiza semestralmente o Teste de Adequação de Passivos (TAP), utilizando métodos estatísticos e atuariais, com o objetivo de avaliar a necessidade de constituição de Provisão Complementar de Cobertura (PCC) decorrente de possíveis insuficiências nos valores das obrigações dos contratos de seguros. A Seguradora manteve o registro da Provisão Complementar de Cobertura para os produtos em <i>run-off</i> (seguros de vida sem reenquadramento por faixa etária).</p> <p>Considerando a relevância dos valores e os julgamentos e premissas envolvidos para a mensuração das referidas provisões técnicas, continuamos a considerar essa uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento dos processos de mensuração das provisões técnicas. Para a PSL Judicial: (i) confrontamos os relatórios auxiliares com os respectivos saldos contábeis e inspecionamos, em base amostral, a documentação que comprova a existência do sinistro, bem como o valor contabilizado; (ii) realizamos procedimentos de confirmação da existência dos processos judiciais de sinistros, em base amostral, junto aos advogados externos responsáveis pelos processos; e (iii) com o auxílio de nossos especialistas atuariais, analisamos a razoabilidade da metodologia adotada e dos critérios de mensuração do valor de abertura dos sinistros judiciais, bem como, teste de consistência com o histórico da Seguradora.</p> <p>Adicionalmente, para a PPNG-RVNE, IBNR, IBNeR e PCC, com auxílio de nossos especialistas atuariais realizamos: (i) avaliação das metodologias de cálculo, tais como desenvolvimento de prêmios emitidos e sinistros incorridos e sinistralidade esperada, comparando com as notas técnicas atuariais; (ii) testes de reconciliação das bases de dados de prêmios emitidos e sinistros avisados com os respectivos saldos contábeis; (iii) análise da razoabilidade e consistência das premissas atuariais consideradas pela administração na mensuração dos cálculos das provisões técnicas; (iv) recálculo independente das provisões efetuadas pela administração e confronto com os saldos contábeis correspondentes e (v) desconto dos fluxos do TAP considerando as instruções da SUSEP e confronto dos valores descontados com o <i>Net Carrying Amount</i> (NCA) para validar a necessidade de constituição da PCC. Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração para mensuração das provisões técnicas são consistentes com as divulgações efetuadas nas notas explicativas.</p>
<p>Valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (Notas 3.7 e 11.3)</p> <p>A Seguradora possui ágio por expectativa de rentabilidade futura proveniente da combinação de negócios, sendo requerida uma avaliação sobre a eventual necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável. Mantivemos com área de foco em nossa auditoria, devido a relevância dos saldos envolvidos e a existência de julgamento significativo por parte da administração quanto a definição das premissas e projeções de resultados futuros, que podem alterar significativamente a avaliação do valor recuperável do ágio</p>	<p>Realizamos entendimento sobre o processo de elaboração das projeções, considerando o modelo de avaliação de teste de redução ao valor recuperável, o processo de definição das premissas, revisão e documentação da aprovação do estudo realizado pela administração da Seguradora.</p> <p>Efetuamos uma análise da consistência das premissas e projeções utilizadas com os orçamentos internos da Seguradora obtidas junto a área específica e consistências com outros estudos realizados internamente, os quais foram aprovados pela administração.</p> <p>Com auxílio de nossos especialistas em Finanças Corporativas realizamos: (i) análise da metodologia utilizada para a determinação do valor recuperável do ágio; (ii) a coerência geral lógica e aritmética destas premissas e dos cálculos das projeções realizados pela administração; (iii) revisão das taxas de desconto; e (vi) recálculo do valor presente dos fluxos de caixa e considerando a perpetuidade.</p> <p>Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração na avaliação do valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura são consistentes com a divulgação efetuada nas notas explicativas.</p>
<p>Valor recuperável do crédito tributário (Notas 3.8 e 20.1)</p> <p>A Seguradora possui créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social. Esses créditos foram constituídos com base em estudo de realização do valor recuperável de crédito tributário elaborado pela administração e aprovados pelos órgãos de governança da Seguradora.</p> <p>Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos na determinação de premissas pela administração, para projeção de lucros tributários futuros.</p> <p>Continuamos a considerar essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de julgamento na determinação de premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributários futuros, e consequentemente, os prazos previstos de realização do crédito tributário, com consequente impacto contábil.</p>	<p>Nossos principais procedimentos consideraram o entendimento e a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração com ajuda da equipe especialista de finanças corporativas. Comparamos as premissas críticas utilizadas com as projeções orçamentárias elaboradas pela administração e, quando aplicável, com projeções macroeconômicas divulgadas no mercado. Adicionalmente, realizamos a conferência do histórico de projeções anteriores com os resultados realizados no ano corrente.</p> <p>Como base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela administração são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas em conjunto com base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria de grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Seguradora.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5
Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador
CRC 1PR050377/O-6

